

Sarney promete retomar

12 JUL 1985

JORNAL DO BRASIL

Ricardo Noblat

Brasília — “É preciso acabar com a neurose do déficit público, expansão da base monetária, alta da taxa da inflação. Esse clima de catástrofe não é bom. O Brasil é um país viável e vai retomar o processo de crescimento”, garantiu ao JORNAL DO BRASIL o Presidente José Sarney.

No pronunciamento que fará à nação no próximo dia 22, através de cadeia de rádio e televisão, o Presidente Sarney pretende traçar, de uma vez por todas, as diretrizes do seu Governo. “Darei as linhas gerais do que imagino fazer, mas não ficarei, apenas, no plano teórico”, prometeu.

Exemplo de Juscelino

Recolhido ao Palácio da Alvorada para o período de pouco mais de uma hora que reserva para o almoço com a família, auxiliares e eventuais convidados, o Presidente falou com entusiasmo sobre seus poucos meses de Governo e se ocupou, sem esquecer a prudência, em especular sobre o futuro.

Lembrou o início do Governo de Juscelino Kubistchek. “Ele assumiu quando o país atravessava, também, uma quadra muito difícil. Enfrentava problemas com o Fundo Monetário Internacional, arrostava com um certo clima de pessimismo interno. Mas Juscelino não se deixou abater”, comentou o Presidente.

Sarney reconhece que “o Brasil daquela época era bem menos complexo que o Brasil de hoje” e que as soluções a serem adotadas, portanto, não podem ser as mesmas. Mas não dissimulou sua admiração por Juscelino: “Ele soube superar os problemas e levou o país a se desenvolver rapidamente”.

— É o que temos de fazer. Vamos nos voltar para o mercado interno, restabelecer a confiança do povo em si mesmo e crescer a uma taxa anual de 4 a 5% — assegurou.

Em mais de uma ocasião, ao longo da conversa, o Presidente condenou “aqueles que vivem falando que a inflação vai tornar a subir”, que o déficit público crescerá e que a situação do país se tornará incontrolável. E retomou uma constatação que se põe entre as suas prediletas:

— Quando assumi o Governo, as empresas multinacionais trabalhavam com uma expectativa de inflação anual de mais de 400%. Tiveram, depois, que refazer seus cálculos.

Renegociação da dívida

Sarney admitiu que a inflação de julho, agosto e setembro — que considera “meses tradicionalmente críticos” — poderá até alcançar a casa dos dois dígitos. “Mas isso é previsível há muito tempo. O que importa é que a inflação anual deverá ficar abaixo dos 200%”, ressaltou.

Isso não o preocupa tanto. Agora ele está ocupado com a renegociação da dívida — e sobre isso evita avançar de público. Esquivou-se da pergunta sobre se já conhece a opinião do FMI a respeito do pacote de medidas econômicas anunciado por seu Governo na semana passada, e não se arriscou a dizer se o acordo com os credores poderá ser fechado até agosto.

“Não tenho pressa” — é só o que permite dizer quanto a isso. Espera que a sociedade, através dos partidos políticos e de seus órgãos de classe, respalde o Governo na posição que ele seja obrigado a tomar no processo de

renegociação da dívida. E acha, naturalmente, que um pacto social pode ser o melhor instrumento para dar significação a esse respaldo.

O recesso do Congresso levou o Presidente a concluir que já foram superados os principais problemas que enfrentou na relação com as forças políticas que formam a Aliança Democrática e sustentam seu Governo.

— No início, de fato, houve problemas dentro do Congresso e eu me queixei disso em algumas conversas. Mas agora, antes mesmo do início do recesso, as coisas se ajustaram — declarou o Presidente.

Sarney ressaltou, mais de uma vez, que não lhe tem faltado o apoio da chamada Aliança Democrática. “Se o apoio faltar um dia, é claro que eu terei de recompor minha base política de sustentação. Mas até lá não haveria sentido em procurar armar outro esquema de forças; é claro que todo apoio será sempre muito bem recebido”, sugeriu.

As eleições municipais de novembro, imagina o Presidente da República, não porão em risco a unidade da Aliança Democrática. Quando foi alertado para o fato de que em raros Estados o PMDB, o PFL disputarão a eleição com candidatos comuns, Sarney retrucou de imediato:

— A Aliança se fez para eleger Tancredo e para possibilitar a formação de um governo de transição. Ela não se formou para atravessar, necessariamente, as próximas rodadas de eleições. De resto, este país é muito grande e os interesses maiores ainda.

O Presidente acredita que a realização das eleições de novembro não provocará o esvaziamento do Congresso no segundo semestre deste ano e não impedirá que se façam alguns acordos políticos que antecedam a instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

Pacto pré-Constituinte

— É indispensável chegarmos à Constituinte definindo, antes, alguns compromissos. De uma certa forma, quando a Constituinte for eleita, ela já terá sido feita, na medida em que estarão delineadas as principais mudanças políticas, institucionais e econômicas que ela processará.

Uma espécie de pacto pré-Constituinte. Parece ser isso o que o Presidente José Sarney advoga e que pretende tentar a partir da reabertura dos trabalhos do Congresso, no início do próximo mês. O Presidente considera que o país registrou importantes e rápidos avanços no plano institucional.

— Foi retirada a tampa da panela de pressão e foram obtidos ganhos políticos que não geraram, reconheço, uma imediata contrapartida para o Governo. Mas não faz mal. Hoje o país respira melhor. Os direitos dos cidadãos estão assegurados e a paz social está sendo perseguida — assinalou Sarney.

Por isso mesmo, o Presidente disse que persevera no seu propósito de não promover alterações no ministério. “Elas só ocorrerão se algum ministro, administrativamente, não for bem. Não vejo, por enquanto, nenhum nessa situação”. O relógio marca o retorno aos despachos no Palácio do Planalto.

— A bandeira me chama — anunciou o Presidente. Abandonou a mesa, recebeu homenagem da tropa perfilada na rampa do Alvorada e foi embora. Com sono. Fora dormir às duas da manhã, depois da audiência privada que concedeu a um grupo de políticos do Maranhão. Acordara às 5h para ler um pouco e despachar alguns processos.

Presidente mostrará empreguismo

Brasília — O Presidente José Sarney decidiu incluir, no pronunciamento que fará à nação dia 22, um relato sobre o excesso de contratações e promoções realizadas nos últimos meses do Governo Figueiredo. Em virtude dessa herança de empreguismo, Sarney foi obrigado a solicitar ao Congresso a destinação da arrecadação fiscal suplementar, no valor de Cr\$ 19 trilhões 100 milhões, apenas para o pagamento de pessoal.

Apesar de alguns assessores do Presidente defenderem uma denúncia contundente do empreguismo na administração passada, como forma de isentar a atual da necessidade de cortes profundos nas despesas públicas, Sarney não está disposto a seguir tal conselho.

Ele já ponderou a amigos que não pretende transformar o balanço de seus primeiros 100 dias de Governo num gesto de revanchismo, interessado apenas em mostrar de que forma a herança que recebeu está tendo reflexos sobre a atual política econômica. O Presidente confidenciou, também, que não pretende limitar-se a fazer um balanço de governo, mas definir claramente as atuações setoriais

dos ministérios, esperando com isso colocar um ponto nas divergências entre ministros.

No dia 17, antes de falar ao país, em cadeia nacional de rádio e televisão, o Presidente da República reunirá todos os governadores às 9h, no Palácio da Alvorada. Embora não exista uma pauta específica, o tema principal da reunião será a política econômica, especialmente os capítulos relativos à renegociação da dívida externa e à necessidade da reforma tributária, para aliviar a pressão financeira sofrida pelos tesouros estaduais.

O Presidente estará acompanhado dos chefes dos Gabinetes Civil e Militar, José Hugo Castelo Branco e General Rubem Bayma Denys, e dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Francisco Dornelles e João Sayad.

A reunião, segundo um assessor da Presidência da República, será útil ao novo Governo como expressão do apoio que Sarney espera receber de diferentes segmentos da sociedade na renegociação da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional. Neste fim de semana, técnicos brasileiros farão uma viagem de sondagem aos Estados Unidos.

crescimento

Foto de A. Dornivan